

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS PARA O MERCADO AGROPECUÁRIO NA METADE SUL

INSTITUTIONAL STRATEGIES FOR THE AGRICULTURAL MARKET IN THE SOUTHERN HALF OF THE COUNTRY

ESTRATEGIAS INSTITUCIONALES PARA EL MERCADO AGRÍCOLA DE LA MITAD SUR DEL PAÍS

Pâmela Kenne¹⁴

Resumo

Neste trabalho pretende-se apresentar alguns resultados de pesquisa realizada sobre as ações estratégicas de grupos dominantes do mercado agropecuário da Metade Sul do Rio Grande do Sul diante do processo de reestruturação produtiva na região. A investigação perseguiu duas perguntas norteadoras: a) Quais os aspectos da reestruturação produtiva no mercado agropecuário da região no período recente? b) Quais as ações estratégicas dos atores dominantes vinculados a esse mercado para incidir na sua estrutura institucional? A perspectiva teórico-metodológica utilizada foi a abordagem institucional presente nas áreas de estudos da Sociologia Econômica e da Sociologia dos Mercados.

Palavras-Chave: Metade Sul; Instituições; Mercado; Sociologia Econômica.

Abstract

This paper aims to present some results of the research conducted on the strategic actions of dominant groups in the agricultural market in the southern region of Rio Grande do Sul facing the process of productive restructuring in the region. The research pursued two guiding questions: a) What are the aspects of the productive restructuring in the agricultural market of the region in the recent period? b) What are the strategic actions of the dominant actors linked to this market to influence its institutional structure? The theoretical and methodological perspective used was the institutional approach present in the study areas of Economic Sociology and Market Sociology.

Keywords: Southern Half; Institutions; Market; Economic Sociology.

Resumen

¹⁴ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e-mail: pamelakenne@hotmail.com.

Este trabalho pretende apresentar alguns resultados de la investigación realizada sobre las acciones estratégicas de los grupos dominantes en el mercado agropecuario de la Metade Sul de Rio Grande do Sul ante el proceso de reestructuración productiva de la región. La investigación persiguió dos preguntas orientadoras: a) ¿Cuáles son los aspectos de la reestructuración productiva en el mercado agropecuario de la región en el período reciente? b) ¿Cuáles son las acciones estratégicas de los actores dominantes vinculados a este mercado para influir en su estructura institucional? La perspectiva teórica y metodológica utilizada fue el enfoque institucional presente en las áreas de estudio de la Sociología Económica y la Sociología del Mercado.

Palabras Clave: Mitad Sur; Instituciones; Mercado; Sociología Económica.

INTRODUÇÃO

A “metade sul” foi reconhecida como a “metade atrasada” do estado do Rio Grande do Sul. A partir dessa noção de atraso, foi objeto de discussões e projetos econômicos entre as décadas de 1980 e 2000. Parte expressiva desses projetos tratavam da necessidade de reconversão industrial da região e diversificação da sua estrutura produtiva. Entretanto, diante do contexto econômico regional de alta dependência dos setores agropecuários, percebe-se que o seu processo de desenvolvimento foi direcionado pelo fenômeno de primarização das exportações, que incide em todo território nacional. Esta pesquisa teve como objetivo investigar esse contexto.

Este trabalho trata-se da apresentação de alguns resultados de pesquisa realizada sobre esse fenômeno, tendo como foco as ações estratégicas de grupos dominantes do mercado agropecuário da região. A investigação perseguiu duas perguntas norteadoras: a) quais os aspectos da reestruturação produtiva no mercado agropecuário da região no período recente? E b) quais as ações estratégicas dos atores dominantes vinculados a esse mercado para incidir na sua estrutura institucional?

A perspectiva teórico-metodológica utilizada foi a abordagem institucional presente nas áreas de estudos da Sociologia Econômica e da Sociologia dos Mercados, com ênfase nos estudos de Fligstein (2001; 2007), Fligstein e Dauter (2013) e Fligstein e McAdam (2012). As técnicas para obtenção dos dados apresentados neste trabalho foram: análise estatística de dados sobre a produção agropecuária, além de outros indicadores sociais, como a estruturação fundiária; análise de dados secundários sobre indicadores econômicos do Brasil e da “metade

sul”; e a realização de entrevistas com atores vinculados ao mercado agropecuário da região e do governo do Rio Grande do Sul.

Verifica-se que a reestruturação produtiva do mercado agropecuário da região expressa-se principalmente na ampliação intensa da produção de soja. Nesse processo, ocorre a incorporação incremental de tecnologias e se constitui um discurso de inovação para o setor. Destaca-se que a garantia de recursos públicos foi essencial para esse processo. Além disso, determinadas alterações institucionais foram necessárias para ampliar a capacidade produtiva do mercado de commodities localmente: as mudanças que possibilitaram a ampliação das fronteiras agrícolas, o enfrentamento das políticas de reforma agrária, a construção de novos significados de desenvolvimento para captar recursos públicos para os interesses específicos desses setores.

No entanto, no que tange a aspectos sociais de desenvolvimento, compreende-se que não houve alterações na estrutura econômica calcada na concentração dos recursos: fundiários, financeiros, tecnológicos e políticos. Os indicadores regionais apontam alto desequilíbrio da distribuição da renda per capita, saldos negativos de empregos e reduzida qualificação do trabalho, além de baixa reconversão industrial. Salienta-se que estes são alguns dos aspectos que caracterizaram, em períodos anteriores ao estudado, a “metade sul” como a “metade atrasada” do Rio Grande do Sul.

Por fim, aponta-se alguns modos como os atores dominantes se organizaram diante do processo de reestruturação do mercado agropecuário da região. As crises sociais e econômicas das últimas décadas afetaram a estrutura econômica estabelecida. Assim, emergiram lutas sociais para disputar os rumos dos investimentos econômicos na “metade sul”. Os atores dominantes tiveram que agir estrategicamente, alterando suas práticas produtivas e discursos. Destaca-se a atuação da FARSUL nesse processo.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA “METADE SUL”

O denominado fenômeno do “boom das commodities” (FLEXOR E LEITE, 2017) tem sido amplamente abordado devido às suas influências no desenvolvimento econômico e social do país. A ampliação intensa da produção do grão de soja, que percorre todo o território nacional ao longo das últimas décadas, afeta a “metade sul”

nos anos mais recentes, transformando o seu tecido produtivo agropecuário. A partir de 2015 a soja passa a ser a principal produção agrícola da região, já sendo uma cultura tradicional na parte “norte” do Rio Grande do Sul. O alarme desses indicadores apresentou a demanda de retomar os estudos sobre a construção econômica da região, sendo caracterizada pelas suas atividades agropecuárias, principalmente a pecuária.

Assim, a partir do diagnóstico do avanço da soja na metade sul, investiga-se a movimentação do tecido produtivo local. Os indicadores demonstraram alterações em outras culturas agrícolas, as quais ocorrem de forma menos expressiva do que na da soja, conforme pode-se visualizar na Tabela 1. Ressalta-se que apenas a cadeia do milho apresenta significativa redução produtiva (quando se considera a destinação de área para plantação). Em resumo, isso demonstra que a expansão da soja na região não se trata, até o momento, de uma substituição de culturas produtivas, mas da ampliação do uso da terra como recurso produtivo como fator central dessa expansão.

Tabela 1 - Evolução da Área Plantada por Produto na Metade Sul¹⁵

Período	Soja (ha)	Milho (ha)	Arroz (ha)	Fruticultura (ha)
1990	229.380	201.270	385.735	33.210
1995	161.980	206.300	616.865	26.217
2000	178.200	201.516	579.053	23.985
2005	388.031	149.858	617.628	64.655
2010	391.940	131.071	651.848	73.110
2015	938.998	98.216	677.500	74.089
2019	1.231.531	96.417	588.860	75.690

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021)

A incorporação de tecnologias produtivas passa a ser um tema importante para os setores que investem no mercado de commodities. Um dos motivos, trata-se dos

¹⁵ Caracteriza-se como área plantada (ha) por produto na Metade Sul diante da soma dos dados das divisões geográficas Sudeste e Sudoeste do Rio Grande do Sul do sistema IBGE.

aspectos de legitimidade que buscam diante de setores da sociedade que têm se preocupado com aspectos do desenvolvimento econômico que propiciem a geração de inovações. As pesquisas voltadas para ampliar a produtividade das commodities, bem como outras formas do que se entende por “eficientização” da sua produção (digitalização da agricultura e de gestão de propriedades, aproximação dos produtores rurais com o mercado de capitais, etc.), são tratadas como indicadores de um “agronegócio inovador”.

Não coube a este trabalho apresentar as contradições sobre esse tema, principalmente quando se aprofunda sobre o que se entende por inovação. Mas ressalta-se a característica aqui explicitada da adesão do conceito de inovação enquanto uma identidade, no discurso desses atores, como uma estratégia para incidir no mercado a partir da legitimidade social atribuída. Em outros termos, a incorporação de tecnologias na produção não foi verificada como um fator que propiciasse transformações nessa estrutura econômica e de mercado, agregando outros aspectos que dizem respeito ao que se entende por inovação.

No entanto, o principal destaque para esta pesquisa sobre as incorporações tecnológicas na produção trata-se do fato de que esses investimentos tecnológicos não representam uma alteração no uso dos recursos naturais. Isso se verifica por dois aspectos: os rendimentos médios (kg/ha) na produção de soja obtidos na região e a ampliação das fronteiras agrícolas.

De acordo com dados do IBGE (2021), nas últimas duas décadas, o crescimento da produção de soja na região da “metade sul” foi proporcionalmente superior ao crescimento da mesma na “metade norte”, no Rio Grande do Sul e no Brasil. O que não se verifica quando se considera os rendimentos, que permanece sendo inferior aos três comparativos, apesar de apresentar crescimento. Destaca-se que o rendimento médio pode apontar o uso eficiente de tecnologias, pois com este indicador pode-se comparar a quantidade produzida na mesma área de terra ao longo do mesmo ciclo produtivo.

Apesar da incorporação de tecnologias, não se verificou uma redução do uso dos recursos naturais no período. Como está demonstrado no Quadro 1, no ano de 2021 o uso produtivo das terras foi expandido em mais de 21 milhões de hectares. No Rio Grande do Sul, essa expansão foi de quase 2 milhões de hectares. A área destinada à lavoura de soja foi destacada para verificar a evolução da proporção que

ocupa em relação às demais. Em 2006, o plantio de soja representava 35,23% das áreas totais de lavouras no Brasil, já no Rio Grande Sul, a proporção era de 49,36%. Em 2021, passa a ocupar 46,14% da área em relação ao total de lavouras em território nacional, sendo que no estado a evolução atingiu a proporção de 62,2%.

Quadro 1 - Evolução da Área Plantada - Total de Lavouras/Soja (ha) - Brasil e Rio Grande do Sul

	2006	2006	2021	2021
	Total (ha)	Soja (ha)	Total (ha)	Soja (ha)
Brasil	62.570.118	22.046.825	84.295.352	38.898.843
Rio Grande do Sul	7.836.987	3.868.501	9.817.270	6.107.320

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021)

No entanto, como ocorre em escala nacional, a ampliação dos rendimentos produtivos não ocorre na região de modo a limitar a expansão do uso da terra. Para ilustrar o processo de reestruturação da organização de terras, considerando as dimensões de uso produtivo e de concentração fundiária, foram analisados dados disponíveis sobre a área de terra (ha) e o número de imóveis rurais registrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do município de São Gabriel/RS do ano de 2011 e 2021. Primeiramente, verifica-se a ampliação expressiva dos números registrados de todos os indicadores. Em números brutos, o total de imóveis registrados no SNCR eleva-se de 3.546, no de 2011, para 6.051 em 2021. Já a área total das propriedades rurais registrada no mesmo sistema e período cresce de 487.153,2/ha para 974.282,4/ha. Todas as classificações de imóveis (divisão por áreas/hectares, definindo pequenas, médias e grandes propriedades rurais) apresentam crescimento tanto na área, quanto no número de propriedades.

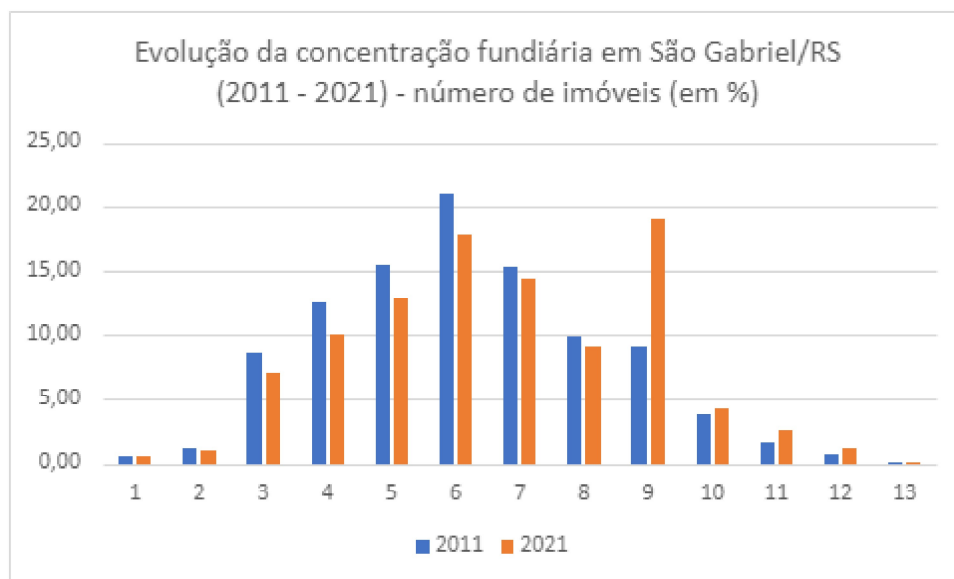
Quadro 2 - Evolução da concentração fundiária em São Gabriel/RS (2011 - 2021) - números de imóveis (%) e área dos imóveis (%)

Hectares	Número de Imóveis Registrados (%) - 2011	Número de Imóveis Registrados (%) - 2021	Área (ha) dos Imóveis Registrados (%) - 2011	Área (ha) dos Imóveis Registrados (%) - 2021
até 100	74,87%	64,54%	15,18%	5,99%
100 a 500	18,92%	28,14%	31,15%	27,96%
500 a 10.000	6,21%	8,03%	53,66%	66,05%

Fonte: Dados do ano de 2021: extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SCNR). Acesso em 19 de novembro de 2021. Dados do ano de 2011 extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (apud PICCIN, 2012, p. 186).

O número de imóveis rurais cadastrados no SNCR no município de São Gabriel obteve uma evolução entre os anos de 2011 e 2021 direcionada à ampliação de médias e grandes propriedades rurais registradas em relação às pequenas propriedades, como pode ser visualizado no Quadro 2 e na Figura 1. A quantidade de registros de imóveis com área entre 200 e 500 hectares não somente obteve a maior ampliação do período, como é a principal expressão (não de forma isolada) de um processo de reestruturação na organização de terras no período recente. Isso, pois, nota-se que o maior indicador numérico de imóveis registrados deixa de ser representado por propriedades de até 50 hectares, direcionando-se a uma maior expressão da média para a grande propriedade.

Figura 1 - Evolução da concentração fundiária em São Gabriel/RS (2011 - 2021) - números de imóveis (em %)

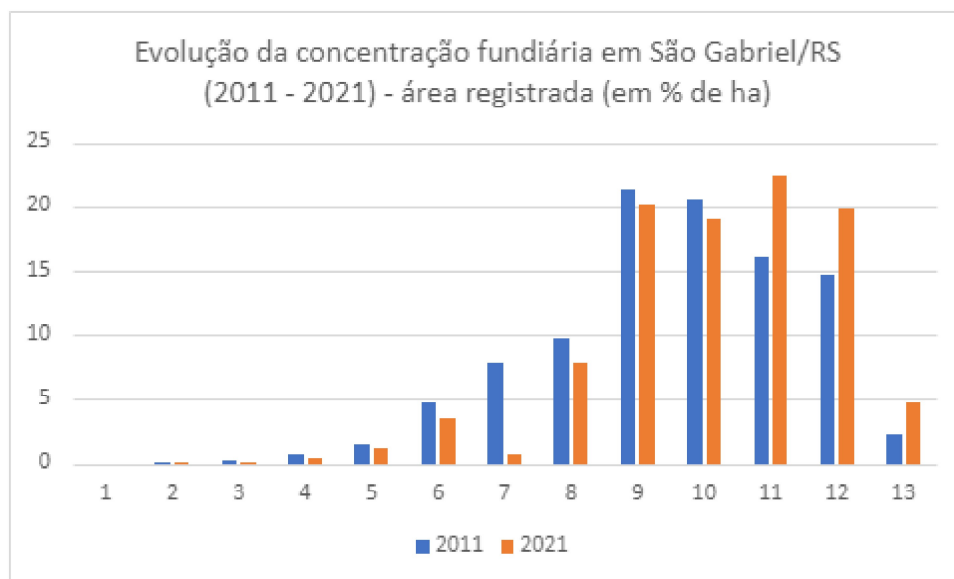


Legenda: linha horizontal: **1** - menos de 1 ha; **2** - 1 a 2 ha; **3** - 2 a 5 ha; **4** - 5 a 10 ha; **5** - 10 a 20 ha; **6** - 20 a 50 ha; **7** - 50 a 100 ha; **8** - 100 a 200 ha; **9** - 200 a 500 ha; **10** - 500 a 1.000 ha; **11** - 1.000 a 2.000 ha; **12** - 2.000 a 5.000 ha; **13** - 5.000 a 10.000 ha. Linha vertical: evolução em percentual.

Fonte: Dados do ano de 2021: extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SCNR). Acesso em 19 de Novembro de 2021. Dados do ano de 2011 extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (apud PICCIN, 2012, p. 186). Gráfico elaborado pela autora.

O mesmo não ocorre na evolução da área registrada, em que mesmo a classificação de propriedades médias passa por um processo de redução percentual em relação ao total de registros. São as grandes propriedades que apresentam o maior crescimento, em área registrada, de 12,39%, como demonstrado na Figura 2:

Figura 2 - Evolução da concentração fundiária em São Gabriel/RS (2011 - 2021) - área registrada (em % de ha)



Legenda: linha horizontal: **1** - menos de 1 ha; **2** - 1 a 2 ha; **3** - 2 a 5 ha; **4** - 5 a 10 ha; **5** - 10 a 20 ha; **6** - 20 a 50 ha; **7** - 50 a 100 ha; **8** - 100 a 200 ha; **9** - 200 a 500 ha; **10** - 500 a 1.000 ha; **11** - 1.000 a 2.000 ha; **12** - 2.000 a 5.000 ha; **13** - 5.000 a 10.000 ha. Linha vertical: evolução em percentual.

Fonte: Dados do ano de 2021: extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Acesso em 19 de novembro de 2021. Dados do ano de 2011 extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (apud PICCIN, 2012, p. 186). Gráfico elaborado pela autora.

Por fim, destaca-se que o acesso aos recursos tecnológicos se deu desigualmente na região, quando se considera a divisão entre pequenos e grandes produtores rurais. A desigualdade se deu tanto em relação ao acesso a insumos, como em relação ao acesso ao conhecimento difundido por organizações de assistência técnica.

Assim, considera-se que as principais expressões da reestruturação produtiva da “metade sul” foi a expansão da produção do grão de soja e a ampliação das fronteiras agrícolas. Não caracterizando transformações na estrutura econômica da região ou mesmo do mercado agropecuário. Apesar dos indicadores de diversificação da cadeia produtiva, principalmente entre os pequenos produtores rurais, a estrutura econômica permanece tendo como base as grandes propriedades, e a produção de commodities agropecuárias. Sobretudo, a adesão às novas tecnologias difundidas por um processo externo de inovação no setor não adentrou entre a maior parte dos agentes produtivos da região.

ESTRATÉGIAS DOS GRUPOS DOMINANTES DO MERCADO AGROPECUÁRIO

A reestruturação produtiva da “metade sul” ocorre diante de um contexto de reformulações da política econômica vinculada ao mercado. As turbulências que afetam o setor em meados dos anos 2000, a partir de mudanças em concepções de governança e regras do mercado, influenciam na organização estratégica dos atores locais. A abertura comercial abre as portas para novos concorrentes, ao mesmo tempo que amplia as oportunidades em relação a mercados de consumidores externos. Nesse contexto também estão emergentes as políticas de reforma agrária, representando uma ameaça aos atores estabelecidos, dependentes não apenas da estrutura fundiária vigente, mas das instituições que versam sobre o mercado agropecuário.

Além disso, a região da “metade sul” havia passado as duas últimas décadas sendo objeto de discussões acerca do seu desenvolvimento. Os desequilíbrios que se expressavam na sua baixa industrialização, além de indicadores sociais de distribuição de renda que reportavam à pobreza local, suscitaram as possibilidades de novos rumos para se pensar a sua economia local. Assim, os atores estabelecidos tiveram que adotar estratégias para intervir no processo de reformulação das instituições do mercado agropecuário.

Dessa forma, esses atores enfrentaram o período de crise no mercado a partir de ações que objetivavam a consolidação da sua reestruturação produtiva, com os aspectos destacados anteriormente. Verifica-se que a reestruturação foi acompanhada pela manutenção do status quo no campo econômico investigado. Ou seja, ocorreram mudanças no tecido e nas lógicas produtivas, mas os grupos dominantes restabeleceram a sua posição no mercado a partir da adesão a novas práticas de produção, comércio, dentre outras mudanças institucionais.

Em outros termos, quando as estruturas estabelecidas do mercado agropecuário da região foram afetadas pelas mudanças econômicas externas, além da emergência de novas concepções sobre o desenvolvimento econômico da região, os grupos dominantes organizaram-se para responder a essas crises. O interesse de “modernizar” a economia local, considerada como “atrasada”, apresentava-se nos âmbitos civis e governamentais a partir de mudanças nos rumos dos investimentos: optar pela reconversão industrial, diversificação produtiva, reformar a estrutura fundiária. Dessa forma, os atores estabelecidos demonstraram o seu interesse em

“modernizar” e “desenvolver” a economia da “metade sul”, mas a partir do setor agropecuário e de suas estruturas estabelecidas.

“A metade sul não é o problema, mas a solução”, frase utilizada por representantes da FARSUL na Comissão Especial da Metade Sul (1999), expunha a consolidação da concepção de que o agronegócio do sul do país poderia se tornar inovador e produtivo, adquirindo legitimidade social. Isso, pois a solução para a crise abordada nas reuniões dessa comissão, para esse ator econômico, tratava-se de ampliar os investimentos públicos nos setores agropecuários estabelecidos para auxiliar na expansão da sua capacidade produtiva. Desse modo, retoma-se a centralidade dos mesmos grupos nas agendas dos recursos governamentais e privados. O que se verifica posteriormente trata-se justamente da ampliação desses investimentos, tanto financeiros como políticos, para o setor. Por decorrência, verifica-se a ampliação da capacidade produtiva, expressa principalmente na expansão produtiva da soja.

A abertura comercial e a constituição do MERCOSUL apresentaram aos produtores e empresários rurais novas formas de concorrência, afetando principalmente o setor mais estabelecido que era a pecuária. Assim, a atuação nesse campo econômico passou a ser direcionada para lidar com esses entrantes no mercado interno, bem como recondicionar a produção a partir da redução dos preços da carne e mesmo a redução do preço da terra - redução que no período afetava principalmente as terras voltada para produção de gado (OLIVEIRA E FERREIRA, 2014). Destaca-se esse ponto, pois a principal estratégia produtiva para manter ou ampliar os rendimentos obtidos a partir da agropecuária passou a ser ampliar a produtividade.

As táticas de evitar a concorrência, como uma forma de controlar preços, foi verificada tanto no período anterior, quanto no período atual. Piccin (2012) analisou as estratégias produtivas dos grandes produtores pecuaristas da região - os estancieiros - para lidar com o processo nacional de frigorificação da carne, ampliando a comercialização externa no Rio Grande do Sul. Além da constituição de frigoríficos na região, a partir da formação de cooperativas da carne sob a direção dos grandes produtores pecuaristas e sob a apropriação de recursos públicos, a estratégia de diferenciação de produtos era uma estratégia comum.

Atualmente, verifica-se que a estratégia de restringir a concorrência e controlar os preços ainda é comum entre esses atores. Ela ocorre principalmente a partir dos cargos de representação política que ocupam as câmaras de governo deliberativa. Representantes da FARSUL incidem na manutenção de barreiras tarifárias para a entrada de produtos externos. Isso incorre na manutenção dos níveis altos de produtos como o arroz e a carne.

Em relação à elevação do preço dos alimentos, percebe-se formas de atuação desses atores que mascaram tais contradições sociais. Isso pois, ao mesmo tempo que incidem em barreiras tarifárias para manter os altos preços no mercado interno, os representantes manifestam-se publicamente sobre essa emergente contradição social alegando que a alta nos alimentos não tem ligação com o mercado de commodities, separando-se do processo de inflação. Essas afirmações ocorrem em um mesmo contexto em que esses atores orientam a sua base produtiva a comercializar externamente ao invés de internamente, devido às instituições favoráveis, como a taxa de câmbio, ou, ainda, em que orientam a reduzir as produções de alimentos destinados à exportação quando os consumidores externos reduzem suas demandas.

Entende-se que não comprometer o mercado das commodities agropecuárias com a alta de preços dos alimentos é um modo de evitar possíveis reduções nos próprios rendimentos extraídos pelo setor a partir de alterações nas regras comerciais. Algo que pode ser explicado a partir da noção de ação robusta de Fligstein (2007), em que os atores agem como se estivessem desprovidos de interesses.

Apesar disso, da década de 2000 aos dias de hoje, ampliar a produtividade passou a ser característica fundamental das reformulações estratégicas e institucionais desses grupos econômicos na região. A abertura comercial abre novos mercados para o setor agropecuário, ampliando as possibilidades de exportação dos produtos. A força desse fenômeno apresenta-se hoje a partir do fato de que os produtores estão se direcionando prioritariamente para o mercado externo. Assim, correspondendo a suas demandas a organização produtiva do setor. Isso explica o protagonismo da expansão da produção de soja na região.

Outro fator explicativo para o direcionamento à produtividade trata-se da emergência, em meados dos anos 2000, das políticas de reforma agrária. Nesse caso, a função social da terra, prevista constitucionalmente, era avaliada a partir do uso

produtivo do solo. Cabe ressaltar que nesse período a ideia de reforma agrária tinha adesão e legitimidade social, sendo sustentada no imaginário social. O período de crise também evidenciava a atuação de movimentos sociais de luta pela terra, colocando em risco as concepções estabelecidas que preservam as regulações determinantes sobre a estrutura de concentração fundiária.

Ou seja, o objetivo de tornar as terras produtivas para evitar a desapropriação fundiária conduziu as práticas de proprietários rurais da “metade sul”. Isso, ainda, em um contexto em que se questionava a baixa capacidade produtiva da pecuária dentro do próprio setor agropecuário. Em outros termos, a legitimidade social desse grupo específico estava sendo questionada também a partir desse fator: a pecuária do sul do país não estaria acompanhando o desenvolvimento tecnológico do mercado agropecuário brasileiro. Este estaria passando por um processo de modernização do setor devido a adesão a novas tecnologias e investimentos em pesquisas para ampliar a produção, muito utilizadas nas produções de grãos, especialmente de soja. Destaca-se o protagonismo do setor na região centro-oeste, a partir da intensificação da capacidade produtiva do grão.

Nitidamente, a característica de modernização atribuída ao fenômeno é aqui abordada como um recurso discursivo que incide diretamente nas disputas sobre o desenvolvimento econômico do país. Não se entende a simples incorporação de insumos tecnológicos como um processo de modernização. Ou mesmo como um aspecto de inovações no setor, como determinados agentes desse mercado têm atribuído.

Mas a sustentação do discurso de um “agronegócio inovador” trata-se de uma estratégia predominante entre os setores dominantes do mercado agropecuário para incidir sobre as regras econômicas. Isso ocorre nas reivindicações de aumento da oferta de créditos - a juros subsidiados - para a produção, como é visível anualmente nos períodos de pré-anúncio do Plano Safra. A suposta capacidade da exportação das commodities agropecuárias de assegurar ao país os saldos da balança comercial em períodos de crise é utilizada habilmente por agentes do setor para definir agendas econômicas junto a governos: investimentos de recursos, normas e regras comerciais.

Nesse sentido, construir legitimidade para essa estratégia produtiva corresponde à estabilização da estratégia primário-exportadora junto aos governos federais. Ao longo dos últimos anos, o conceito de agronegócio foi utilizado em

diversas esferas como pilar econômico que traz maior equilíbrio para as contas do país, suscitando uma lógica em que, dessa forma, o setor deve receber as devidas proteções e privilégios no que diz respeito aos investimentos, como acontece com as altas ofertas de créditos com taxas relevantes de subsídios públicos.

Nesse contexto de construção política do mercado, verifica-se algo semelhante à afirmação de Fligstein e McAdam (2012) sobre a relação dialética entre campos estatais e setores sociais, sendo que estes também utilizam de legitimidade social e outros recursos para respaldar representantes, práticas e concepções de governos. Em alguns aspectos, sob a perspectiva relacional, torna-se difícil separá-los do próprio campo estatal. Foi relevante para esta pesquisa a informação de que o departamento de economia da FARSUL atua diretamente sobre a política de mercado financeiro do Brasil, a partir da relação do economista-chefe da federação com o Banco Central do Brasil, sendo o único “representante empresarial” a ser consultor para a produção de relatórios de mercado do BCB. O relatório semanal aqui referido apresenta um balanço de indicadores financeiros e perspectivas futuras de comportamento do setor. Outro elemento é a participação desses atores em câmaras técnicas governamentais que deliberam sobre as regras comerciais.

Durante a 44ª Expointer, a FARSUL organizou evento com o tema do “papel do agronegócio brasileiro nas novas relações econômicas mundiais”, demonstrando a pretensão de ampliar a própria legitimidade econômica. Entende-se que diante da atual estratégia macroeconômica, esse “papel” pode ser considerado, de fato, bastante expressivo. A economia brasileira atualmente está dependente da exportação desses produtos primários, o que tem menos a ver com a eficiência produtiva do setor do que com as fragilidades de outros setores, principalmente aqueles com maior capacidade de desenvolvimento de produtos de média-alta tecnologia.

Além disso, fica obscuro o fato de que a “relevância” atribuída a esse setor econômico deve-se pelos privilégios concedidos pelas esferas governamentais, destinando parte expressiva dos recursos públicos para a consolidação desse mercado. Os créditos subsidiados são um fator essencial para a expansão do mercado de commodities, os quais obtiveram aumentos expressivos ao longo dos últimos anos. A expressão desses investimentos públicos para o setor agropecuário é

verificada tanto quando se compara com os investimentos financeiros totais, como quando se analisa o crescimento das atividades do setor.

Entretanto, utilizando a legitimidade desse mercado, os representantes da FARSUL alegam que “estes recursos estão cada vez mais escassos”, sendo insuficientes para a demanda dos produtores que precisam do capital inicial para “empreender produtivamente”. Dessa forma, eles têm incidido na ampliação do volume ofertado pelo Plano Safra. Além disso, constituem-se reformulações institucionais, de modo a obter outras formas de aquisição do crédito agrícola. A aproximação do mercado de capitais com o mercado agropecuário é situada, por representantes da FARSUL, como uma saída para a atual dependência do Plano Safra, identificando uma expectativa de que se amplie os investimentos em ações alicerçadas na produção de commodities agropecuárias nos próximos anos.

De todo modo, a partir das mudanças no mercado, os grupos dominantes reivindicam maior centralidade para o mercado de commodities na agenda econômica do Brasil. À luz do debate da especialização produtiva, representantes da FARSUL defendem que é por via do agronegócio que poderá ser construído o desenvolvimento tecnológico nacional. Nesse sentido, este estudo soma-se a outros que abrem lacunas para questionar essa estratégia econômica centrada na especialização regressiva do tecido produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi iniciada a partir de questionamentos acerca da expansão da produção da soja na região da “metade sul”. Os indicadores do crescimento da commodity rumo à região sul do país suscitaram a necessidade de realizar a pesquisa sobre o nível dessa expansão. Bem como apresentou-se a questão acerca das possibilidades de transformações na estrutura econômica e do mercado agropecuário local a partir do fenômeno.

A soja tornou-se a principal commodity agrícola da região em menos de uma década. Essa verificação auxilia a compreender o fenômeno macroeconômico de primarização produtiva. Isso, pois, o boom da soja não se trata de novidade no Brasil, mas a região da “metade sul” foi uma das últimas a serem inseridas nessa lógica. Assim, aspectos nacionais se expressam na região: riscos ambientais, ampliação de

indicadores de desemprego, reorganização da estrutura fundiária ampliando a concentração de posses e as fronteiras agrícolas.

Em um sentido específico, a “metade sul” enfrenta a discussão da constituição de um “agronegócio inovador e modernizado” a partir de uma noção histórica de “metade atrasada” do Rio Grande do Sul. Nessa lógica, entende-se que essa noção de atraso deve ser reformulada, pois foi ela que justificou as construções de projetos de desenvolvimento econômico que poderiam beneficiar a região a partir de políticas para reconversão industrial e produtiva. Não se trata de aderir novamente a uma denominação de “atraso” para se pensar a região, pois reside nela também muitas contradições. Mas de se questionar quais as características que constituíam os atributos dessa denominação e qual a decorrente possível solução.

Compreende-se que uma “agricultura moderna” não se resume à ampliação da sua capacidade produtiva. Em um contexto em que se discute globalmente a Revolução Verde, não existe modernização sem a adesão massiva de técnicas produtivas não degradantes do meio ambiente, com intensa expansão das fronteiras agrícolas. Sobretudo, não existe modernização no setor sem atingir uma parcela significativa dos produtores e trabalhadores rurais.

Principalmente, se a noção de uma “metade pobre”, como pontua Piccin (2012), mascarou processos de enriquecimento de parcela da sua população, não se pode abandonar a ideia da necessidade de enfrentar as situações de “pobreza”. Em outros termos, não ocorreu transformações no que diz respeito aos altos indicadores de desigualdade de acesso aos recursos econômicos, fundiários, tecnológicos e políticos. Isso induz ao fato de que pode ser a estrutura de concentração fundiária e a dependência econômica no mercado de commodities agropecuárias que confere o principal aspecto do atraso da região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar Nº. 87/96 de 13 de setembro de 1996. **Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (LEI KANDIR)**. Diário Oficial da União, Brasília, p. 18261, 16 set. 1996, Seção 1.

ESCHER, F.; WILKINSON, J. A Economia Política do Complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V. 57, n. 4, Brasília: SOBER, 2019.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, mar./ago. 2017.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**. v. 47, n. 2, 2007.

FLIGSTEIN, N. **Mercado como política**: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. Contemporaneidade e Educação, ano VI, n.9, 2001.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. **A Sociologia dos Mercados**. Caderno CRH, [S. l.], v. 25, n. 66, 2013. DOI: 10.9771/ccrh.v25i66.19426. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19426>. Acesso em: 21 set. 2021.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. **A theory of fields**. New York: Oxford University Press, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão Especial da Metade Sul. **Relatório Final**. 1999.

OLIVEIRA, N.; FERREIRA, L. Determinantes do Preço da Terra. **Revista de Política Agrícola**. N. 4, Brasília: EMBRAPA, 2014.

PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul**: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. Tese (Doutorado Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.